



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias	1
Demonstrações Contábeis Regulatórias	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias.....	10



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021 e que foi aprovada sua atualização via despacho por meio do despacho nº 1.690/2022 de 28 de junho de 2022.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude



**Shape the future
with confidence**

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.238	2.347
Contas a receber de clientes	5	867	1.011
Tributos a recuperar		641	944
Outros ativos circulantes		344	105
Total do Ativo Circulante		5.090	4.407
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos Diferidos		35	10
Imobilizado	6	56.305	52.181
Total do Ativo Não Circulante		56.340	52.191
Total do Ativo		61.430	56.598
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		191	246
Empréstimos	7	5.370	5.077
Instrumentos financeiros derivativos	7.1	5.709	4.781
Dividendos a pagar	8	1.921	1.921
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	9.1	77	85
Outros passivos circulantes		288	286
Total Passivo Circulante		13.556	12.396
Não Circulante			
Empréstimos	7	20.615	25.093
Obrigações pelas aquisições de direitos		5.850	-
Total Passivo Não Circulante		26.465	25.093
Capital social	11	38.146	38.146
Reserva de capital	11	6	6
Reserva de lucros	11	25.225	17.268
Dividendos propostos	11	2.478	-
Prejuízos acumulados	11	(44.446)	(36.311)
Total Patrimônio Líquido		21.409	19.109
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		61.430	56.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração do resultado do exercício
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	12	11.316	10.801
Custos dos bens construídos e serviços prestados	13	(4.586)	(5.529)
Resultado operacional bruto		6.730	5.272
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	14	594	(579)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.324	4.693
Despesas financeiras	15	(4.948)	(4.392)
Receitas financeiras	15	420	3.067
Resultado financeiro líquido		(4.528)	(1.325)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.796	3.368
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(500)	(740)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	4	5
Resultado líquido do exercício		2.300	2.633

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	2.300	2.633
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.300</u>	<u>2.633</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros					Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Dividendos mínimos obrigatórios		
Saldo em 31 dezembro 2023		38.146	6	11.794	1.377	-	(30.858)	20.465
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	2.633	2.633
Constituição de reserva de lucro	11	-	-	5.761	-	-	(5.761)	-
Constituição de reserva legal	11	-	-	-	404	-	(404)	-
Distribuição de reserva de lucros	11	-	-	(2.068)	-	-	-	(2.068)
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	(1.921)	(1.921)
Saldos em 31 dezembro 2024		38.146	6	15.487	1.781	-	(36.311)	19.109
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	2.300	2.300
Constituição de reserva legal	11	-	-	-	522	-	(522)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	2.478	(2.478)	-
Constituição de reserva de lucro	11	-	-	7.435	-	-	(7.435)	-
Saldos em 31 dezembro 2025		38.146	6	22.922	2.303	2.478	(44.446)	21.409

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.796	3.368
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	2.877	2.713
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos - partes relacionadas	4.272	-
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	-	4.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	64
Lucro ajustado	9.945	10.372
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	144	1.018
Tributos a recuperar	(123)	(771)
Ativo fiscal diferido	(21)	(6)
Outros ativos	(85)	126
Fornecedores e outras contas a pagar	(55)	198
Outros passivos	2	(21)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	9.807	10.916
Imposto de renda e contribuição social pagos	(82)	(629)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.725	10.287
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de investimento	(1.305)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(1.305)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(3.000)
Pagamento de empréstimos	(4.256)	(4.028)
Juros pagos de empréstimos	(4.201)	(4.375)
Instrumentos financeiros derivativos	928	(1.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(7.529)	(12.542)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	891	(2.255)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	2.347	4.602
No final do período	3.238	2.347
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	891	(2.255)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657. Foi Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

A Companhia tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, com 9,65%.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

- (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras regulatórias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações contábeis de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da Outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3.4 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.5. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.6. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita referente à prestação de serviços é registrada quando o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

- i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
 - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. "Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual".

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento

3.17. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

3.19. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

- (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras.

- (i) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- (ii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- (iii) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Com relação aos tópicos ii, iii, iv, v a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco	40	47
Aplicação financeira (i)	3.198	2.300
Total	<u>3.238</u>	<u>2.347</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú que teve no ano de 2025, remuneração média referenciado ao CDI de 101,7% (2024 104,97%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Contas a receber de clientes

O saldo de concessionária e permissionária refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	1.189	1.164
CDE (ii)	82	220
Antecipação de cliente (iii)	(404)	(373)
Total	<u>867</u>	<u>1.011</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$38 mil em 05/01/2026 e R\$45 mil em 15/01/2026, R\$853 mil em 25/01/2026 e R\$37 mil em 05/02/2026 e R\$216 mil provenientes de créditos a receber.
- (ii) Valores a receber da CDE nos próximos meses, relativos a repasses por adimplência. As transmissoras de energia contribuem para a CDE com uma parcela de sua receita bruta, conforme determinado pela ANEEL, essa contribuição é estabelecida anualmente e varia de acordo com as políticas energéticas e as necessidades do setor.
- (iii) Refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, o saldo R\$(251) será amortizado via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25). Enquanto o montante equivalente a R\$(153) refere-se a adiantamento já conhecido que está contido na parcela de ajuste da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26).

6. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

A composição do imobilizado em 2025 é como segue:

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto					Depreciação acumulada				Valor líquido		
		31/12/2024	Adições (A)	Transferencias (B)	Baixas (C)	31/12/2025	31/12/2024	Depreciação	Baixas (c)	31/12/2025	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	31/12/2025	31/12/2024
Transmissão – Em Serviço													
Máquinas e equipamentos	3,33%	81.040	6.585	-	(5.318)	82.307	(30.009)	(3.607)	1.841	(31.775)	1.267	50.532	51.031
Administração – Em Serviço													
Equipamentos de informática	20,00%	23	-	-	-	23	(15)	(5)	-	(20)	-	3	8
Subtotal		81.063	6.585		(5.318)	82.330	(30.024)	(3.612)	1.841	(31.795)	1.267	50.535	51.039
Transmissão - Em curso													
Edificações, serviços civis e benfeitorias		78	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)	-	78
Imobilizado em andamento		1.064	1.305	(1.064)	-	1.305	-	-	-	-	241	1.305	1.064
Reparo de materiais		-	3.323	-	-	3.323	-	-	-	-	3.323	3.323	-
Sobressalentes		-	-	1.142	-	1.142	-	-	-	-	1.142	1.142	-
Subtotal		1.142	4.628			5.770					4.628	5.770	1.142
Total do Ativo Imobilizado		82.205	11.213		(5.318)	88.100	(30.024)	(3.612)	1.841	(31.795)	5.895	56.305	52.181

A movimentação de baixas no imobilizado em serviço no período totalizou R\$ 3.477 (custo histórico de R\$ 5.318 e depreciação acumulada de R\$ 1.841), decorrente de processo de retirada de bens do serviço, devidamente suportado e homologado conforme os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desse montante, R\$ 154 referem-se a baixas definitivas de unidades de cadastro (UC), caracterizadas como retirada sem reaproveitamento. O saldo remanescente de R\$ 3.323 refere-se a unidades retiradas do serviço, classificadas como Unidades de Adição e Retirada (UAR), destinadas a processo de recomposição e reaproveitamento, tendo sido transferidas para o imobilizado em curso.

Os referidos bens encontram-se em processo de recuperação e recondicionamento, sendo que, após a conclusão dos serviços, prevista para o exercício de 2026, serão novamente incorporados ao imobilizado em serviço, com a constituição de novas unidades de cadastro, em conformidade com os critérios patrimoniais e regulatórios aplicáveis.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.305 referente a gastos com manutenção, recuperação e recomposição desses ativos, os quais foram apropriados ao imobilizado em curso, por estarem diretamente associados ao processo de retorno dos bens às condições operacionais.

O montante registrado como adição do imobilizado em serviço refere-se a bens recebidos por meio de transferência não onerosa da empresa MEZ, vencedora do leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no âmbito do projeto de retrofit e modernização da Subestação Porto Alegre 4. Em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), tais ativos foram reconhecidos no ativo imobilizado pelo seu valor justo na data da transferência, em contrapartida ao passivo, no grupo de obrigações especiais vinculadas à concessão, refletindo a natureza regulatória da operação e sua vinculação à infraestrutura da concessão de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Taxas anuais médias de depreciação	31/12/2025			31/12/2024
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão – Em Serviço					
Máquinas e equipamentos	3,33%	82.307	(31.775)	50.532	51.031
Administração – Em Serviço					
Equipamentos de informática	20,00%	23	(20)	3	8
Subtotal		82.330	(31.795)	50.535	51.039
Transmissão - Em curso					
Edificações, serviços civis e benfeitorias		-	-	-	78
Imobilizado em andamento		1.305	-	1.305	1.064
Reparo de materiais		3.323	-	3.323	-
Adiantamento a fornecedores		1.142	-	1.142	-
Subtotal		5.770	-	5.770	1.142
Total		88.100	(31.795)	56.305	52.181

A composição das adições 2025 é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Desmobilização	Total
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	6.585	-	-	-	6.585
Imobilizado em andamento	32	1.183	90	-	1.305
Reparo de materiais	-	-	-	3.323	3.323
Total	6.617	1.183	90	3.323	11.213

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

A composição do imobilizado em 2024 é como segue:

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto			Depreciação acumulada			Valor líquido	
		31/12/2023	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	3,33%	81.040	-	81.040	(27.302)	(2.707)	(30.009)	51.031	53.738
Administração									
Equipamentos de informática	20,00%	23	-	23	(11)	(4)	(15)	8	12
Subtotal		81.063	-	81.063	(27.313)	(2.711)	(30.024)	51.039	53.750
Em curso									
Edificações, serviços civis e benfeitorias		78	-	78	-	-	-	78	78
Imobilizado em andamento		1.064	-	1.064	-	-	-	1.064	1.064
Adiantamento a fornecedores		1	(1)	-	-	-	-	-	1
Subtotal		1.143	(1)	1.142	-	-	-	1.142	1.143
Total do Ativo Imobilizado		82.206	(1)	82.205	(27.313)	(2.711)	(30.024)	52.181	54.893

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015 (modificada pela Resolução Normativa nº 1.020, de 17 de maio de 2022), são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor	4,00%
Classe de tensão igual ou superior a 69kV	2,70%
Subestação Unitária	3,57%
Sistema de aterramento em linha de transmissão	3,03%
Disjuntor de classe de tensão igual ou superior a 69kV	3,03%
Canaleta	4,00%
Sistema de aterramento de subestação	3,03%
Rígido	2,50%
Sistema de Proteção	6,67%
Estrutura de suporte para barramento	3,13%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

7. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2025	31/12/2024	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento Itaú (i)	25.099	29.355	15/10/2030	Semestral	CDI+2,65% a.a.
Juros	886	815			
Total	25.985	30.170			

A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
Financiamento Itaú (i)	30.170	4.272	(4.256)	(4.201)	25.985
Total	30.170	4.272	(4.256)	(4.201)	25.985

Total circulante	5.077				5.370
Total não circulante	25.093				20.615

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento Itaú (i)	34.346	4.227	(4.028)	(4.375)	30.170
Total	34.346	4.227	(4.028)	(4.375)	30.170

Total circulante	4.991				5.077
Total não circulante	29.355				25.093

(i) Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com reinvestimento de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

7. Empréstimos--Continuação

Amortização da dívida

O financiamento classificado no passivo não circulante, sem o efeito do custo a apropriar, tem seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2025</u>
2027	4.750
2028	5.016
2029	5.282
2030	5.567
Total	<u><u>20.615</u></u>

7.1. Instrumentos financeiros derivativos

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	5,5% a.a.	IPCA 15/10/2030	33.156	36.879
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI	2,65% a.a	CDI	(27.447)	(32.098)
			<u>5.709</u>	<u>4.781</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Despesa com Swap</u>	<u>31/12/2025</u>
Instrumentos financeiros - Swap (i)	4.781	439	489	5.709
Total	<u>4.781</u>	<u>439</u>	<u>489</u>	<u>5.709</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Receita com Swap</u>	<u>31/12/2024</u>
Instrumentos financeiros - Swap (i)	5.920	781	(1.920)	4.781
Total	<u>5.920</u>	<u>781</u>	<u>(1.920)</u>	<u>4.781</u>

- (i) Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$33.157 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$27.448, auferindo o resultado de R\$5.709 de resultado passivo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

8. Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2024	Dividendos pagos no Ano	31/12/2025
V2I Energia S.A.	1.733	-	1.733
CEEE-GT	188	-	188
Total	1.921	-	1.921

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos Via		31/12/2024
				Via dividendos intercalares	distribuição reserva de lucros	
V2I Energia S.A.	842	1.736	1.869	(845)	(1.869)	1.733
CEEE-GT	90	185	199	(87)	(199)	188
Total	932	1.921	2.068	(932)	(2.068)	1.921

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

9. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	12.228	11.758
Base presunção IRPJ 8%	978	941
Base presunção CSLL 12%	1.467	1.411
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	420	1.148
Base de IRPJ	1.398	2.089
Despesa de IRPJ	(326)	(503)
Base de CSLL	1.887	2.559
Despesa de CSLL	(170)	(232)
Despesa de IRPJ e CSLL	(496)	(735)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4	5
Imposto de renda e contribuição social corrente	(500)	(740)

9.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos impostos a pagar	85	74
Impostos calculados	500	740
Impostos deduzido	(426)	(100)
Impostos pagos	(82)	(629)
Saldo final dos impostos a pagar	77	85

10. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

Capital social

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de quotas	Capital social	% participação	Quantidade de quotas	Capital social	% participação
V2i Energia	34.465.144	34.465	90,35%	34.465.144	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.258	38.146	100%	38.146.258	38.146	100%

Em 31 de dezembro de 2025 V2i Energia S.A. detém 90,35% do ativo Transmissora Porto Alegre de Energia S.A, os outros 9,65% pertencem à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT).

O ativo foi adquirido pela V2i Energia S.A. em 30 de abril de 2020, a partir de um acordo de compra e venda realizado com a Procable Energia e Telecomunicações S.A.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	10.435	8.087
Base da reserva legal	10.435	8.087
Reserva legal (5%)	522	404
Saldo inicial	1.781	1.377
Calculado no ano	522	404
Total	2.303	1.781

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, conforme determinado no estatuto social da empresa. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2025 ocorreu da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	10.435	8.086
Reserva legal (5%)	(522)	(404)
Base para dividendos	9.913	7.682
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	2.478	1.921

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	10.435	8.086
Reserva legal (5%)	(522)	(404)
Dividendos mínimos propostos	(2.478)	(1.921)
Reserva de lucros	7.435	5.761
Saldo inicial	15.487	11.794
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos Calculado no ano	-	(2.068)
	9.913	5.761
Total	25.400	15.487

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(36.311)	(30.858)
Lucro/prejuízo do exercício regulatório	2.300	2.633
Dividendos propostos	(2.478)	(1.921)
Constituição de reserva	(7.957)	(6.165)
Saldo final	(44.446)	(36.311)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	12.228	11.758
(-) Tributos sobre a receita	(431)	(437)
(-) Encargos do consumidor	(481)	(520)
Total	<u>11.316</u>	<u>10.801</u>

13. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo com pessoal	(439)	(421)
Custo com materiais	(8)	(177)
Custo com serviços de terceiros	(965)	(1.737)
Custo com tributos	(5)	(2)
Custo com depreciação e amortização	(2.872)	(2.707)
Custo com locação de veículos	(54)	(68)
Demais custos	(243)	(417)
Total	<u>(4.586)</u>	<u>(5.529)</u>

14. Outras despesas e outras receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de terceiros	(593)	(572)
Depreciação e amortização	(5)	(4)
Pessoal	(28)	-
Gastos diversos	(40)	-
Tributos	(11)	(3)
(-) Recuperação de despesas (i)	1.271	-
Outras receitas e despesas operacionais	<u>594</u>	<u>(579)</u>

(i) Despesas que foram revertidas uma vez que se tratava de Capex.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Resultado Financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variações monetárias	(4.272)	(4.227)
Despesa com swap	(489)	-
IOF, Comissões e taxas	(70)	(149)
Outras despesas financeiras	(117)	(16)
Despesas Financeiras	(4.948)	(4.392)
Receita com aplicações financeiras	419	809
Juros sobre mútuo	1	338
Receitas com swap	-	1.920
Receitas Financeiras	420	3.067
Resultado financeiro líquido	(4.528)	(1.325)

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (i)	Risco Operacional	30.000	12 de setembro de 2025 até 12 de setembro de 2026
Chubb Seguros (ii)	Responsabilidade Civil	15.000	31 de março de 2025 até 31 de março de 2026

(i) Seguro de risco operacional, com apólice 00004121, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$30 milhões e um prêmio anual no valor de R\$105.410.

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 17.51.0043508.12, pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$15 milhões e um prêmio anual no valor de R\$23.790.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.238	2.347
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	1.271	1.384
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	25.985	30.170
Instrumentos financeiros e derivativos	2	5.719	4.781
Fornecedores	2	191	246

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

17.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

Balanco Patrimonial Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Notas	31/12/2025 Regulatório	Ajuste	31/12/2025 societário	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		3.238	-	3.238	2.347	-	2.347
Contas a receber de clientes		867	-	867	1.011	-	1.011
Tributos a recuperar		641	-	641	944	-	944
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	8.657	8.657	-	7.700	7.700
Ativos mantidos para venda	(ii)	154	(154)	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		190	-	190	105	-	105
Total do Ativo Circulante		5.090	8.503	13.593	4.407	7.700	12.107
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	93.593	93.593	-	87.154	87.154
Impostos Diferidos	(iii)	35	(35)	-	10	(10)	-
Imobilizado	(ii)	56.305	(56.305)	2	52.181	(52.174)	7
Total do Ativo Não Circulante		56.340	37.253	93.595	52.191	34.970	87.161
Total do Ativo		61.430	45.756	107.188	56.598	42.670	99.268
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		191	-	191	246	-	246
Empréstimos		5.370	-	5.370	5.077	-	5.077
Instrumentos financeiros derivativos		5.709	-	5.709	4.781	-	4.781
Dividendos a pagar		1.921	-	1.921	1.921	-	1.921
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		77	-	77	85	-	85
Outros passivos circulantes		288	-	288	286	-	286
Total Passivo Circulante		13.556	-	13.556	12.396	-	12.396
Não Circulante							
Empréstimos		20.615	-	20.615	25.093	-	25.093
Obrigações pelas aquisições de direitos	(ii)	5.850	(5.850)	-	-	-	-
Impostos Diferidos	(iii)	-	7.162	7.162	-	6.359	6.359
Total Passivo Não Circulante		26.465	1.312	27.777	25.093	6.359	31.452
Patrimônio Líquido							
Capital social		38.146	-	38.146	38.146	-	38.146
Reserva de capital		6	-	6	6	-	6
Reserva de lucros		25.225	-	25.225	17.268	-	17.268
Outros resultados abrangentes		2.478	-	2.478	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(iv)	(44.446)	44.446	-	(36.311)	36.311	-
Total Patrimônio Líquido		21.409	44.446	65.855	19.109	36.311	55.420
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		61.430	45.758	107.188	56.598	42.670	99.268

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário— Continuação

Demonstração do resultado Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Notas	31/12/2025 Regulatório	Ajuste	31/12/2025 societário	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário
Receita Líquida	(v)	11.316	7.111	18.427	10.801	2.830	13.631
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(4.586)	1.566	(3.020)	(5.529)	2.707	(2.822)
Resultado operacional bruto		6.730	8.677	15.407	5.272	5.537	10.809
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais	(vi)	594	-	594	(579)	-	(579)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.324	8.677	16.001	4.693	5.537	10.230
Despesas financeiras	(vii)	(4.948)	-	(4.948)	(4.392)	-	(4.392)
Receitas financeiras		420	-	420	3.067	-	3.067
Resultado financeiro líquido		(4.528)	-	(4.528)	(1.325)	-	(1.325)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.796	8.677	11.473	3.368	5.537	8.905
Imposto de renda e contribuição social correntes		(500)	-	(500)	(740)	-	(740)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(iii)	4	(542)	(538)	5	(84)	(79)
Resultado líquido do exercício		2.300	8.135	10.435	2.633	5.453	8.086

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iii) Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido societário	65.855	55.420
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(102.250)	(94.854)
Imobilizado, intangível e Aquisição de direitos (CPC 47)	50.607	52.174
Impostos diferido (CPC 47)	7.197	6.369
Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)	21.409	19.109

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

(vii) Lucro líquido (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado líquido societário	10.435	8.086
Receita Líquida (CPC 47)	(7.111)	(2.830)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(1.566)	(2.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	542	84
Resultado líquido regulatório	2.300	2.633

* * *

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9